

PSICOLOGIA E POLÍTICA: DA PARTICIPAÇÃO À SUBJETIVAÇÃO

Igo Gabriel dos Santos Ribeiro – Discente de Psicologia FCL UNESP Assis/SP

Flávia Moraes – Discente de Psicologia FCL UNESP Assis/SP

Juliana Roberta de Paulo Antonelli – Discente de Psicologia FCL UNESP Assis/SP

Maria Rita Melo Barcelos – Discente de Psicologia FCL UNESP Assis/SP

Patrícia Aymeré Bello – Discente de Psicologia FCL UNESP Assis/SP

Dra. Heloísa Maria Heradão Rogone – Docente Dept. Psicologia Clínica FCL UNESP Assis/SP

Me. Cláudia Maria Rinhel – CRAS II Assis/SP

Este estudo objetiva tecer uma análise dos efeitos da participação dos graduandos de psicologia nas conferências livres pelos direitos das crianças e dos adolescentes de Assis/SP, desenvolvido em parceria da universidade com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do diálogo com os projetos e programas sociais do município. Entende-se que a psicologia tem um papel importante na promoção de cidadania e na garantia de direitos dos grupos minoritários, aqui especificamente crianças e adolescentes. Portanto, através de uma ação coletiva, foi possível analisar o quanto participar de um processo político contribuiu para a consolidação de uma postura ética e consciente dos envolvidos, produzindo resultados relevantes no que se trata de inclusão social e mudanças positivas. Ressalta-se que a psicologia deve se apropriar do campo político, repensando suas práticas cristalizadas e seu campo teórico-técnico, visto que tem relevante compromisso com a sociedade em todas as suas dimensões. Pode-se refletir o quanto as práticas políticas contribuem factualmente para ascensão social e promoção de saúde mental, pautadas num processo de subjetivação política que se estabelece através das interações e acordos desde a infância, onde são firmadas as relações de alteridade, respeito às diferenças, concessões, reflexões das normas e valores, aspectos todos fomentados por atuações políticas, em um movimento de transformação e construção. Este trabalho se propôs atrelar uma prática lúdica e inovadora à relevância de uma ação que busca mobilizar um grupo para assegurar seus direitos. Direitos estes, no Brasil, garantidos apenas às classes privilegiadas. Sendo assim, as conferências livres contribuíram, através da participação política, para um grande avanço no processo de conscientização sobre direitos e formas possíveis de redirecionar determinadas realidades. Entretanto, considerando a fragilidade dos movimentos sociais, observa-se uma escassez de atuações efetivas para atender a demanda dos grupos de crianças e adolescentes, principalmente os mais pobres, como constatado neste trabalho. Por tratar-se de uma práxis, é uma atuação em constante construção e alteração; nota-se nessas ações um *adultocentrismo* recorrente em torno da infância, produzindo muitos obstáculos, que devem ser superados, dentro das políticas de proteção à criança e ao adolescente. No entanto existem ganhos positivos, tal como ver nas crianças uma força política para enfrentar e superar as injustiças sociais.

Palavras-chave: participação social, subjetivação, infância e adolescência.